

ESCOLA NAVAL, RIO DE JANEIRO, RJ, 29 DE NOVEMBRO DE 2001

*Senhor Ministro de Estado da Defesa, Doutor Geraldo Quintão; Senhoras Comandantes de Força; Senhores Oficiais-Generais; Senhores Oficiais; Senhoras e Senhores,*

Este é o sétimo ano consecutivo em que tenho o prazer de estar aqui, nesta Escola, que está edificada na Ilha de Villegaignon, no antigo Forte Coligny, do século XVI, simbolizando também uma certa continuidade histórica. E é para mim, realmente, uma satisfação poder falar, como costume fazer, com algumas notas, mas, em uma boa parte do tempo, expondo diretamente meu pensamento, com a franqueza que deve existir entre comandantes e comandados, como é habitual nas Forças Armadas.

Como já antecipou o Ministro Geraldo Quintão, quero tratar, como tenho feito sempre nesses encontros, da agenda internacional. Farei este ano a mesma coisa. Temos que recordar que a crise provocada pelos atentados terroristas de 11 de setembro tem trazido uma preocupação crescente aos brasileiros, mas não só aos brasileiros, ao

mundo todo. Isso merece uma certa reflexão da nossa parte. Eu a tenho feito de forma continuada.

Na verdade, no discurso que pronunciei na Assembléia Nacional da França e depois reiterei na Assembléia Geral das Nações Unidas me referi ao tema. Tenho tentado convencer as lideranças mundiais de que deve haver um exercício conjunto de reflexão sobre as implicações da crise atual. Não há nenhuma novidade, portanto, nas posições que o Brasil tem tomado, porque, pela minha palavra, tenho expressado o ponto de vista do conjunto do País sobre essas matérias.

Desde o início, afirmei o que agora repetirei – que é preciso haver uma veemente condenação do Governo e da sociedade aos atos de terror porque eles ferem os princípios mais elementares de uma convivência civilizada. Isso tem sido o mote, não apenas do Presidente do Brasil, mas de todos os Presidentes do mundo e dos vários segmentos da sociedade, que têm mostrado que essa luta contra o terrorismo é fundamental e não pode depender apenas dos países diretamente afetados. Ela envolve uma luta complexa e diferente das guerras tradicionais, porque o alvo é um inimigo que opera em redes transnacionais e tem um arsenal cambiante e virtualmente inesgotável.

Talvez eu tenha sido o primeiro Chefe de Estado, logo depois que o Presidente Bush se manifestou e logo depois que nós próprios nos manifestamos, a emprestar solidariedade, a dizer que se tratava de um fenômeno de rede. Hoje, por causa do desenvolvimento dos meios de comunicação, dos computadores, da Internet, etc., muitas vezes os segmentos da sociedade transcendem as fronteiras nacionais e conseguem existir e funcionar por cima e além delas. Funcionam através de redes, o que já mostra que o alvo, o inimigo é um inimigo muito mais inespecífico do que o inimigo tradicional de um Estado, de um país, de uma força organizada. Isso não quer dizer que essas redes não tenham apoio, eventualmente, em algum Estado, em algum país. Mas elas se organizam de uma maneira muito mais hábil, podem surgir e desaparecer com maior velocidade.

Era preciso esse repúdio ao terrorismo, que nós fizemos – e fizemos com base até na nossa Constituição, que diz, claramente, que o

repúdio ao terrorismo é um dos princípios norteadores da nossa política externa. Não havia nada de inovador, senão cumprir a Constituição. Mas é preciso que se entenda a natureza do processo que está em vigor no mundo para que não tenhamos posições que possam vir a ser equivocadas.

Por conseqüência, ao mesmo tempo em que apoiamos claramente esse repúdio através de uma iniciativa brasileira, na Organização dos Estados Americanos – nós até apelamos para um antigo tratado da época da Guerra Fria, o Tiar, Tratado Interamericano de Assistência Recíproca –, nós o fizemos porque queríamos ter um marco jurídico dentro do qual pudéssemos definir as nossas ações e não, pura e simplesmente, deixar que essas ações fossem conduzidas pelo nosso próprio arbítrio ou pelo arbítrio de terceiros. Então, nos pareceu que, a despeito de ser um instrumento já antigo, um instrumento de outra época, ainda era – e ainda é – um instrumento jurídico que define e limita os termos da cooperação, e nós apelamos, portanto, para esse marco jurídico.

Mas desde o início – repito – a preocupação foi a de dizer que não se tratava de uma posição do nosso país em função de uma luta de civilizações, de choque de civilizações, nem contra, especificamente, uma religião, qualquer que ela fosse. Pelo contrário. Todo mundo sabe que a posição do Presidente dos Estados Unidos foi coincidente nesse ponto, embora, inicialmente, alguns setores das sociedades do mundo todo tivessem tentado colocar a questão que nos aflige como se fosse uma questão de choque de civilizações, que a nossa posição nunca foi essa de choque de religiões, até porque dentro de cada uma das religiões há vertentes, há variantes, algumas das quais são especificamente mais pluralistas e mais favoráveis à emergência de formas democráticas.

Devo dizer que me encontrei, agora, quando fui às Nações Unidas, me pediu audiência o Presidente do Irã, o Presidente Mohamed Khatami, com quem tive uma longa conversa. E ele expôs esse ponto de vista – que estou dizendo aqui –, o de que ele buscava organizar no Irã uma forma de convivência entre os princípios religiosos e a vida pública que permitisse a variabilidade, a democratização, por-

tanto diferenciadas correntes de opinião. Sei que a luta dele não é uma luta, digamos, consensual, mas, pelo menos, há alguns setores, não apenas religiosos, não apenas intelectuais, mas políticos, em países basicamente muçulmanos, que, não obstante, têm uma visão do mundo que não é uma visão binária – o bem e o mal ou “quem não está comigo é inimigo”.

Então, essa foi a nossa posição, desde o início. Logo que ocorreram os atentados, convoquei o Conselho de Defesa Nacional, nos reunimos para discutir nossa posição e convoquei também todas as lideranças do Congresso, inclusive as da oposição. De alguma maneira, explicitiei o meu pensamento, que é este, no sentido de um repúdio ao terrorismo, de uma qualificação mais adequada da natureza da luta que se travava, do tipo de guerra que se travaria e, ao mesmo tempo, o rechaço de qualquer visão mais simplificadora do mundo que coloque de um lado o bem, e de outro, o mal. Evidentemente, há valores que são próprios da civilização judaico-cristã ocidental, que serviu de berço para uma série de valores, entre os quais a secularização, a separação entre o Estado e a religião, a individualidade, o respeito aos indivíduos, à igualdade, o respeito aos gêneros diferentes. São valores desse tipo de civilização. Mas nós não podemos obscurecer o fato de que na nossa civilização aconteceu o nazismo, com capacidade de produção do mal de uma magnitude eu diria até inexcedível. Produziu campos de concentração, matou judeus. E foi dentro dos marcos da civilização ocidental cristã.

Não podemos, por isso, nos arrogarmos a sermos a expressão de um bem contra um mal. Temos que defender esses valores que mencionei há pouco, que são, hoje, na nossa sociedade, consensuais, do pluralismo, da democracia, da individualidade, da separação entre o Estado e a Igreja, do respeito às várias religiões. Obviamente, são valores nossos. Podemos aspirar a que eles venham a ser até mesmo universais – não o são. Mas isso não nos dá o direito de, imediatamente, imaginarmos que por isso temos a concentração de todo o bem de um lado e de todo o mal do outro lado. É preciso manter uma posição de equilíbrio.

Manifestei, inúmeras vezes, essa mesma questão. Também procurei levar o debate, mesmo no plano internacional, para uma busca de coordenação maior – que temos com os nossos países vizinhos – para reforçar a segurança em nossas fronteiras e dar um combate não apenas ao terrorismo – voltarei ao tema já –, mas aos males que são afins ao terrorismo, como o contrabando, a lavagem de dinheiro e a existência do narcotráfico.

Nas próprias Nações Unidas, insisti muito e alertei para o fato de que nós, se quisermos ser conseqüentes com essa posição, não podemos conciliar a existência desses chamados paraísos fiscais, que acabam sendo formas de manutenção exatamente daquilo que se diz combater, quer dizer, mecanismos não apenas da corrupção, mas também do crime organizado, da lavagem de dinheiro e do terrorismo. Os paraísos fiscais têm que ser atacados se quisermos, efetivamente, entender os mecanismos de reprodução dos males contemporâneos.

É de se dizer que existem alguns esforços nessa direção, no Brasil, certamente. Criamos, aqui, o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), para acompanhamento desses movimentos financeiros, que permite uma análise de sintomas de lavagem de dinheiro.

Esse não é um mecanismo que existe só no Brasil. É um mecanismo que começa a existir noutros países. Começa a haver, também, em rede, a intercomunicação entre esses organismos, e, portanto, temos que começar a dar mais atenção a todas essas teias de defesa também, contra outras teias, que são teias que levam ao terrorismo e a questões dessa natureza.

É preciso – se quisermos ter uma determinação firme de luta contra o terrorismo e dar-lhe um combate sem tréguas – termos também uma posição muito firme no combate a essas formas, quase clandestinas, de preservação daqueles que estão, realmente, mandando dinheiro para fora e utilizando esse dinheiro sabe Deus como.

Há uma espécie de consciência pouco sadia de muitos que, ao mesmo tempo em que defendem a necessidade de combater tudo isso, mantêm os paraísos fiscais como se fossem intocáveis. Começam a ser tocados.

Quero lhes dizer, por exemplo, que na última reunião, no Canadá, há umas duas semanas, dos Bancos Centrais e dos ministros da Fazenda do que se chama G-20 – que é um grupo de países não só do G-7 e do G-8, mas também de países como o Brasil, cuja economia é já mais avançada –, nessa reunião, coube ao Presidente do Banco Central do Brasil, Armínio Fraga, fazer a exposição principal sobre a necessidade de mecanismos de controle de todas essas formas de evasão de renda, de recursos, porque, no fundo, também financiam o que há de pior no mundo.

Também existem regras que começam a ser postas em marcha, que são de maior transparência, de maior controle nesses mecanismos todos. E os nossos responsáveis pela área financeira estão muito ativos na proposição de medidas que possam ajudar-nos nisso.

Agora esses são os aspectos imediatos da existência dessas redes e de conexões com o terrorismo. Não sabemos exatamente quais vão ser as conseqüências do 11 de setembro. Pode-se fazer uma série de especulações. Evidentemente, do ponto de vista inicial, o que chamou a atenção foi a forma de reação dos Estados Unidos, que, talvez, pela primeira vez na sua história – talvez só no século XIX tenham sofrido coisa semelhante por parte dos ingleses –, mas pela primeira vez na sua história tenham, realmente, sentido dentro da própria fronteira americana, descontando o que aconteceu em Pearl Harbor, a sua vulnerabilidade. Isso, evidentemente, afeta emocionalmente o país, a população, os dirigentes, afeta as reações, e pode ter conseqüências de muita natureza. Algumas podem vir a ser até benéficas no sentido de verificar que sozinhos, embora sejam muito poderosos, não têm condição de controlar tudo. E que é necessário existir, então, uma atitude de maior diálogo e de maior compreensão de outros pontos de vista e de coordenação de políticas para que seja possível manter a ordem internacional.

Mas, de qualquer maneira, não sabemos exatamente quais são as conseqüências. O historiador Fernand Braudel, de todos conhecido, disse que existem tempos diferentes na história. E ele faz uma certa analogia com o que acontece com as correntezas oceânicas, que são

permanentes e profundas, e outras que são a espuma e vêm para a superfície do mar, chegando à areia. A história é um pouco assim: até que ponto essas correntezas mais profundas estão sendo transformadas ou até que ponto, realmente, ao invés de ser um fenômeno cujo efeito afeta a longa duração das correntes, é um fenômeno mais superficial que acaba mais rapidamente?

Eu li, recentemente, um diálogo muito interessante, publicado em algumas revistas especializadas, de dois eminentes intelectuais. Um se chama Ralf Dahrendorf, é alemão, naturalizado inglês, foi professor em Oxford, hoje é lorde; o outro é Anthony Giddens, que é diretor da London School of Economics, a respeito dessa matéria. E, na verdade, a visão que prevalece é muito mais a de que seja um fenômeno que vai ter sua importância, mas as pessoas esquecem.

Giddens, inclusive, formula algumas hipóteses de mais curto prazo, apostando muito mais ou temendo muito mais que, efetivamente, seja passageira no que poderia ter de efeito positivo. Porque no que pode ter de efeito negativo, em primeiro lugar, já foi terrível. Já foi terrível e, certamente, afetou, num curto prazo, de uma maneira profunda, como eu disse, a sensibilidade norte-americana.

Nessa ocasião em que fui às Nações Unidas, fui visitar o *ground zero*, a “terra zero”, não sei como se chama, lá nas antigas torres gêmeas, e me surpreendi não apenas pelo fato físico e terrível do desastre, mas mais do que isso, pelas pessoas que lá estavam. Quando eu saí, havia umas 30 ou 40 pessoas do povo americano. Fui cumprimentá-las e algumas choravam, e se sentiram tocadas pelo fato do Presidente de um outro país estar lá. E aconteceu, no final, algo que é comum aqui na América Latina, que é tocar no outro, dar a mão. Tive que dar a mão a todos. Dei a mão a todos. Até vinham do fundo para cumprimentar, mostrando o grau de emoção de uma sociedade que, normalmente, não é dada a essas manifestações tão abertas de emoção.

Portanto, sabe Deus qual vai ser o efeito sociopsicológico disso numa sociedade tão complexa como a sociedade americana, sentindo-se assim insegura e ameaçada. De qualquer maneira, acredito que os Senhores e as Senhoras devem estar fazendo reflexões a respeito de todo

esse processo, porque estamos diante de fenômenos que não são habituais. São fenômenos que, de alguma maneira, abalam as sociedades.

No nosso caso, do Brasil, devemos estar prontos para responder a esses novos desafios, quaisquer que sejam os níveis em que eles se apresentem. Certamente, os órgãos do Governo com competência na área de combate ao terrorismo têm um papel muito importante a desempenhar. Claro, em primeiro lugar, vem a segurança dos nossos cidadãos. Mas também nós temos que, como membros responsáveis da comunidade internacional e em conformidade com todas as regras do direito internacional, assegurar que o nosso país não seja utilizado para apoiar, financiar ou, de qualquer forma, dar guarida a ações terroristas que vão se verificar em outros países.

Nenhum país, hoje em dia, está isento desse risco. Todos têm a responsabilidade de reagir para evitar que uma rede opere impunemente. Temos feito um esforço razoável nesse sentido. Conversei com o Presidente Bush quando estive lá e, evidentemente, não apenas relatei, expressei mais uma vez, pessoalmente, a solidariedade. Mas conversei com ele sobre essas matérias. E levei comigo o General Alberto Cardoso, que está aqui entre nós, que é o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, e ele teve uma série de contatos com as autoridades americanas com o objetivo de ampliar a cooperação bilateral. Esses contatos foram muito positivos. Por quê? Porque existe toda uma, eu até diria, mitologia a respeito da chamada tríplice fronteira. Devo dizer que o Presidente Bush nunca tocou nesse assunto comigo. Vejo, às vezes, no jornal que houve tal coisa. Nem sempre as informações que saem nos jornais correspondem ao que se disse, ao que se pensa, ao que se deseja, ao que se sente. Neste caso não é certo. Ele não levantou nenhuma questão específica sobre esta matéria nem mostrou preocupação dessa natureza. Pelo contrário, expressou a gratidão pelo fato de o Brasil ter se solidarizado de uma maneira concreta e prática na OEA. E nós discutimos outras questões de ordem mais ampla, a que posso me referir daqui a pouco.

Mas o General Cardoso teve contatos positivos e procurou saber o que existe nessa matéria. Não temos qualquer informação a respeito

da existência de células terroristas ou de células ligadas a qualquer desses grandes movimentos terroristas na tríplice fronteira. Vez por outra, há noticiário. Ninguém pode assegurar que não exista a remessa de recursos para terceiros países, para outros países a partir da tríplice fronteira. Tenho me referido a esse fato com muita tranquilidade. E, seguramente, irão mais recursos de Londres, de Berlim, de Paris, de Roma para essas organizações do que do Brasil. Porque hoje, por causa das características do mundo contemporâneo, de redes de funcionamento, é quase impossível evitar isso.

Não podemos dizer que não tenha existido remessa de recursos. Mas também não se pode saber se a remessa de recursos foi feita para um movimento tal ou qual, para uma pessoa tal ou qual, porque não há elementos. Nem nós temos, nem ninguém tem. E quando se tem, tem-se a informação, busca-se saber, procura-se precisar se existe. Obviamente, temos que estar atentos, porque pode haver. Como pode haver, evidentemente, também, até mesmo tentativa de organização no nosso território. Mas os nossos órgãos de inteligência estão atentos.

Aliás, quero lhes dizer que no que diz respeito especificamente a Bin Laden, no dia 19 de fevereiro do ano 2001, no *Diário Oficial*, vão encontrar lá um decreto no qual se repudia, especificamente, o Al Qaeda e Bin Laden, pelo já feito anteriormente no Quênia. Como temos tratados internacionais que regulam essas matérias, e o Congresso Nacional aprovou 10 desses convênios de defesa contra o terrorismo, nós nos antecipamos a essa questão. E isso passou despercebido. Mas, na verdade, no nosso caso, antes do ataque de 11 de setembro, já havia uma definição clara pondo à margem da lei não só Bin Laden, como a sua organização, pelas informações havidas e trazidas até nós, pelos atos praticados em outros momentos. Portanto, o Brasil, de alguma maneira, já estava até mesmo se antecipando a essa questão.

Isso eu lhes conto não com o objetivo de dizer: bom, então temos realmente, já, uma rede perfeita. Nada é perfeito neste mundo tão cheio de dificuldades. Mas o Brasil está atento a esses problemas e temos que reagir com objetividade, não nos recusando a dar a cooperação no esforço conjunto com os demais países na luta contra o

terrorismo, mas com serenidade, sem cairmos na idéia de que então temos aqui um perigo imediato. Por quê? Não temos elementos para dizer que o perigo seja imediato, assim como também – reitero – não podemos dizer: bom, vamos dormir tranqüilos porque não há esse perigo. Esse perigo há no mundo todo. Há em toda parte, e é essa a dificuldade, justamente, da questão com a qual estamos lidando.

Mas ao mesmo tempo em que estamos travando uma luta contra a questão da lavagem de dinheiro, a questão da criação do Coaf é de grande importância, faz tempo que nós fizemos isso – há uns três anos que funciona. Tomamos as medidas legais, que não havia, para tipificar o crime de lavagem de dinheiro. Nós fizemos isso também. Já existe essa tipificação do crime de lavagem de dinheiro. Ao mesmo tempo que nós estamos atentos, que se está atento a essas questões, o esforço do Governo brasileiro e da diplomacia brasileira tem sido dizer que, além disso, existem outros problemas no mundo, que não se deve concentrar a questão das relações internacionais na questão de segurança. Estou falando que irão afetar a questão da segurança, e ela é muito importante, mais do que imaginamos. Ela é a única a predominar na cena internacional. Não podemos deixar de lado outras questões tão graves quanto. Por isso mesmo, eu tenho falado com muita força, nos fóruns onde pude falar, sobre a necessidade de insistirmos nos outros temas. Então, fiz referência a algo que eu tenho realmente dito com força: não haverá solução da questão do terrorismo, não haverá solução da questão nem sequer do Afeganistão se não houver uma solução da questão palestina e da relação entre Israel e os palestinos.

O Brasil foi o país, um dos países que, no momento da criação do Estado de Israel, tomou uma posição de vanguarda. Sempre se presta uma homenagem a Osvaldo Aranha, que presidiu a assembléia das Nações Unidas que criou Israel. O Brasil apoiou a criação do Estado de Israel, tem boas relações com Israel, excelentes relações com Israel, sabe da importância de manter Israel como um Estado livre, como um Estado que é, digamos, depositário do que há de mais puro da civilização judaica ocidental, mas o Brasil também acha que o que

já foi decidido pelas Nações Unidas, que é a criação do Estado Palestino, deve ser implementado.

Hoje, isso é dito pelo Presidente dos Estados Unidos. Hoje, essa posição, que até bem pouco tempo era arriscada, é posição do Governo americano. E há mesmo um esforço que está sendo feito neste momento, de tentativa de levar a que cesse a guerra entre os palestinos e Israel, um acordo de armistício. Está-se tratando de fazer aquilo que o Senhor Mitchel, que foi o dirigente da CIA nos Estados Unidos, propôs como plano, ainda no governo Clinton. Certamente vão mudar o nome do plano. O governo é outro. O general que vai para lá é outro, mas, de qualquer maneira, os Estados Unidos perceberam, os ingleses também, que, sem que haja um esforço muito grande para um cessar-fogo e depois o reconhecimento de limites, vai ser difícil terminar com essa questão.

Recentemente, eu me encontrei com o ex-Presidente Clinton, em Madri. O Ministro Celso Lafer estava comigo. E o ex-Presidente Clinton, que tentou essa pacificação até o final do seu mandato, reiterou a sua visão. Não posso dizer que esteja de acordo ou não, porque não conheço a região, nem o Brasil tem tanta influência na área, não tem sequer tanta informação. A posição do ex-Presidente Clinton era de que enquanto houvesse a idéia de que a segurança de Israel dependia do território não haveria paz. Isso leva Israel a ocupar cada vez mais territórios e assentar cada vez mais colonos em áreas que são palestinas, que são libanesas ou que são ocupadas por populações dessa região. Enquanto não for possível mudar a visão estratégica de defesa de Israel, é difícil haver a paz.

Por outro lado – ainda, reitero, são palavras do ex-Presidente Clinton –, enquanto não houver a compreensão de que não adianta ter território porque, hoje, os palestinos dispõem de mísseis e dispõem de terroristas, não se assegura, portanto, a tranqüilidade de Israel. Era preciso buscar algum mecanismo que levasse a um outro sistema de segurança. Nisso estão empenhados, agora, os governantes dos Estados Unidos e da Europa, para ver se encontram uma tranqüilidade aí.

E, mais remotamente, a luta entre a Índia e o Paquistão por causa da Caxemira é outra das incubadoras de terrorismo. Na verdade, em boa parte, a questão do Talibã está ligada à questão do Paquistão, em função da busca de sua segurança diante da Índia. E o fato de o Paquistão ter buscado, agora, uma posição de maior aproximação, ou melhor, de os americanos terem buscado uma maior aproximação com o Paquistão alterou um pouco esse equilíbrio, vai implicar alguma consideração especial com a Índia também, porque, finalmente, estão percebendo que a questão do Afeganistão não é do Afeganistão, é muito mais ampla. E aí estamos diante de choques, não apenas choques entre Estados, eventualmente, com religiões diferentes, mas choques de interesses estratégicos diferentes. Estamos lidando, no caso do Paquistão e da Índia, com dois países que são potências nucleares. Portanto, é altamente arriscado tudo que acontece lá. E o Afeganistão sofre as conseqüências disso. O embate se dá no seu território, mas as forças que estão em jogo são muito mais amplas do que as forças, digamos, da nação afegã e também do que o próprio Talibã ou do que a própria Al Qaeda. Existem muitos outros fatores envolvidos.

Portanto, nessa mesma linha que estou acabando de expor, a posição do Brasil – evidentemente, não temos nenhum interesse estratégico por lá –, do ponto de vista da solidariedade internacional, tem sido a de defender abertamente a necessidade do fortalecimento do Estado Palestino, não como despreço a Israel, mas pelo apreço à humanidade e aos nossos interesses como parte da comunidade internacional, que são os interesses da paz.

Até que ponto isso vai ser obtido, sabe Deus. Até que ponto vai ser possível haver avanços concretos em toda a região do Oriente Médio não é alguma coisa que se possa saber de antemão. Portanto, voltamos a Braudel: sabe-se lá se estamos na espuma ou se estamos numa correnteza mais profunda, e se isso vai levar a uma mudança efetiva muito maior das relações internacionais.

Claro que, nesse contexto todo, estamos olhando também os nossos vizinhos mais próximos, que estão mais diretamente envolvidos em situações de terrorismo ou, pelo menos, de combate guerrilheiro,

como a Colômbia. Lá também a nossa posição tem sido, o quanto possível, uma posição de fortalecimento do governo da Colômbia. O Brasil reiterou sempre sua disposição de apoiar o governo, se dispôs a ser observador, somos observadores da zona de paz, mas não pertencemos ao grupo negociador porque isso é uma decisão da Colômbia, não é uma decisão nossa. Talvez seja até mais conveniente não estarmos diretamente envolvidos em uma negociação dessa natureza, posto que temos uma fronteira imensa com a Colômbia. E temos que cuidar dessa fronteira para evitar que haja, por acaso, algum desdobramento menos desejado nessa fronteira.

Nós continuamos apoiando também, ao mesmo tempo, o respeito ao princípio de não-intervenção em assuntos internos. Portanto, apoiamos o governo, apoiamos a democracia, combatemos os abusos contra os direitos humanos na Colômbia ou onde seja, mas somos muito cuidadosos em tudo que diz respeito à intervenção de outros países, sobretudo nas áreas das nossas vizinhanças. Nunca tivemos qualquer gesto de apoio a isso.

Houve até certa incompreensão quanto à posição do Brasil no que diz respeito ao Peru quando houve a crise de Fujimori. A nossa preocupação era uma só: era uma decisão que tinha de ser uma evolução interna do Peru e não uma intervenção externa no Peru. Mantivemos essa posição à custa de muita crítica, de muita incompreensão, aqui e lá, de que, eventualmente, estaríamos defendendo uma pessoa ou um governo. Não. Defendemos o povo peruano – que tinha escolhido alguém, visto, depois, como má escolha –, que evoluiu, da melhor maneira, através das próprias forças peruanas e não em função de uma intervenção da OEA. E o Brasil, nessa matéria, se manteve fiel ao seu princípio de não-intervenção.

Poder-se-á dizer: “Mas se o Brasil é não-intervencionista, como, então, vai aceitar que haja uma intervenção no Afeganistão?” Volta-se ao tema com o qual comecei. Trata-se, aqui, de um fenômeno de outra natureza, muito mais amplo, de um país que, efetivamente, apoiou, passou a ser uma base terrorista, atuando no mundo todo. Passou, efetivamente, a ser uma base terrorista, ameaçando o mundo

todo. Não ficou dentro da fronteira do Afeganistão, senão que passou a ser uma ameaça mais ampla para todos, inclusive para nós próprios, brasileiros. Portanto, há uma base político-moral para mostrar por que, em um caso, nós dizemos não à intervenção e, em outro caso, é preciso intervir. São situações bastante diferentes.

Nessa mesma linha, assim como temos preocupação com a Colômbia, temos preocupação com Angola. E é uma preocupação antiga. Essa guerra se delonga muito. Existe uma espécie de cegueira internacional com relação ao que acontece em Angola.

Talvez alguns dos Senhores – certamente o General Gleuber – tenham estado em Angola. Eu estive em Angola. Eu fui lá, a Cuíto, fui ver onde estavam as nossas tropas e não foi a única vez que estive em Angola. É uma situação hoje inaceitável diante do que o mundo já pode fazer ou que está sendo feito. Não está sendo feito nada, praticamente. E se tem a sensação de que há interesses comerciais, interesses em função do diamante, em função do petróleo, que prevalecem sobre o interesse, não digo só da democracia, mas da integridade física de um povo que está sendo mutilado por minas antipessoais, está sendo mutilado pela desordem, pelo crime, pela fome. É alguma coisa que todas as vezes que o Brasil pode, o Brasil, com força, tem discutido essa questão, e até diretamente, com as pessoas que podiam influenciar mais abertamente para uma situação melhor em Angola.

Além disso, mantemos a nossa preocupação muito forte com relação a outras questões.

Na questão do meio ambiente, a posição do Brasil tem sido persistente e consistente. E a verdade é que temos conseguido grandes avanços. Toda a gente sabe, ou os que não sabem saberão, que os acordos de meio ambiente de Kioto foram feitos através de uma proposta que é basicamente brasileira.

Qual é a questão? A questão diz respeito à mudança de clima, diz respeito ao efeito estufa, diz respeito ao fato de termos, hoje, a emissão de gases, sobretudo CO<sub>2</sub> – não é o único –, que provoca um certo aumento de temperatura média na Terra, com conseqüências desastrosas para a humanidade, para todo o mundo. E os países que

mais poluíram são os países hoje mais industrializados. Nós também poluímos. Mas a nossa posição é a de que a responsabilidade deve ser uma responsabilidade não apenas coletiva, mas desigual: quem mais polui, mais deve pagar pela recomposição da situação. Senão, isso teria como consequência impedir o desenvolvimento de alguns países e não tomar em consideração que a poluição foi causada por outros.

Obviamente, os países que estão em desenvolvimento precisam de uma cota ainda maior de utilização de fontes energéticas que não são as mais puras. Como compensar isso? A proposta foi brasileira. Eu me recordo de que o Presidente Clinton conversou comigo duas vezes durante o encontro em Kioto, e eu conversei com o então Ministro José Israel Vargas, que era quem estava levando as negociações, e com o Doutor Gilmar, que foi, realmente, o autor dessas propostas, brasileiro também, da Agência Espacial. E a proposta consiste num mecanismo complexo. Chama-se mecanismo de compensação do desenvolvimento limpo, porque faz com que os países desenvolvidos paguem proporcionalmente mais do que os países em desenvolvimento em consideração a alguns dos nossos recursos, como as florestas em nascimento, como mecanismo de absorção do CO<sub>2</sub>, e, portanto, possamos descontar a nossa cota de contribuição solidária para melhorar as condições ambientais do mundo. Ademais, os países que estiverem poluindo, se quiserem compensar o que estão fazendo, podem ajudar as formas de desenvolvimento limpo nos países que estão em desenvolvimento. Isso geraria todo um mercado novo de títulos, que poderia facilitar o combate ao efeito estufa e, ao mesmo tempo, daria condições de melhor aproveitamento do desenvolvimento dos nossos países.

O governo Bush se recusou a aceitar o Protocolo de Kioto, que havia sido aceito pelo governo anterior. Recusou-se, e a primeira vez que estive com ele foi taxativo na recusa. Agora, ganhamos em Mar-rakesh, na reunião sobre meio ambiente, há cerca de um mês. Houve, de novo, um acordo. Os países europeus entraram nesse acordo, de tal maneira que está se criando um clima que dificilmente permitirá que algum país se isole desse mecanismo que foi proposto

em Kioto. Isso é um avanço importante que diz respeito também à segurança, porque é o desenvolvimento e a segurança da humanidade em termos de condições ambientais.

Mas tão importante quanto isso tem sido a batalha que estamos travando, nos organismos internacionais, no que diz respeito à questão do comércio, no que diz respeito à Organização Mundial do Comércio e às regras de comércio, as regras discriminatórias. É fundamental que elas sejam combatidas para que possamos ter melhores condições de acesso aos mercados internacionais.

Toda a gente viu pelos jornais o que aconteceu em Doha, no Qatar, onde, efetivamente, consolidamos algumas posições que havíamos defendido anteriormente. Antes, já havíamos consolidado uma posição importante na Organização Mundial do Comércio e na Organização Mundial de Saúde, anteriormente ainda, no que diz respeito à lei de patentes. O princípio de que é possível quebrar patentes ou forçar a quebra de patentes, ou forçar que as empresas produzam, num certo local, medicamentos, quando são essenciais para a saúde pública, foi uma tese brasileira vitoriosa. Vitoriosa, com luta, com luta dos nossos representantes diplomáticos em Genebra, com luta do Ministro da Saúde. E devo dizer que eu mesmo conversei com o Presidente Bush, na última vez que estive com ele, ou na penúltima vez que estive com ele, agora, recentemente. A situação era de quase intransigência dos Estados Unidos. E o resultado foi de transigência. No final, a delegação americana em Doha ajudou em uma solução que consagrou essa possibilidade.

Isso tem um efeito enorme. Porque isso, de alguma maneira, é o princípio de que a vida prevalece sobre o mercado quando o interesse é o interesse nacional, o interesse da população. Essas patentes são importantes, porque o direito de propriedade intelectual é um direito reconhecido. Somos partícipes da elaboração dessas regras, que devem valer. Mas há limites para essas regras.

Mas, talvez, mais importante ou tão importante quanto isso tenha sido o avanço no que diz respeito à matéria comercial. Por quê? Porque, pela primeira vez, se faz uma referência explícita à necessidade, primei-

ro, de existir uma nova rodada comercial no mundo; segundo, de essa nova rodada comercial incluir a questão dos subsídios agrícolas. E, de novo, houve o apoio dos Estados Unidos à posição brasileira, hindu e latino-americana. Houve um certo isolamento de, não é toda a Europa, mas de certos setores da Europa, mas que a União Européia tem de assumir como posição própria. E houve aí, também, um avanço considerável. Os que não estão habituados às lides da diplomacia internacional podem até ficar um pouco assustados: o que significa avanço?

Na verdade, no finalzinho, era uma discussão sobre uma palavra chamada *phasing out*, quer dizer “progressivamente ir desaparecendo”, e colocar-se ou não no acordo final que, progressivamente, era preciso haver o desaparecimento de barreiras comerciais na agricultura. Não se conseguiu isso. Há o compromisso de que as negociações vão nessa direção.

Há importância maior do que se pensa, porque, antes mesmo da Organização Mundial do Comércio – que vai levar anos discutindo isso –, antes mesmo de isso estar consagrado, o mercado avança. E os grupos de interesse percebem que os subsídios estão limitados. É questão de tempo. Então, começam a atuar de outra maneira. E isso já facilita a nossa possibilidade de exportação e de muitos outros países.

Houve, portanto, um avanço significativo nessa matéria de patentes e de agricultura que foi, até certo ponto, inesperado. Inesperado porque a tradição de todos esses mecanismos internacionais é: “Não, não, não e não.” E aqui houve um semi-sim no que diz respeito à questão da agricultura. Por outro lado, estamos olhando o que está acontecendo na União Européia. E a União Européia, neste momento, discute a absorção de outros países, entre os quais a Polônia. E não é o único país agrícola importante, e tornar-se-á cada vez mais difícil, para aqueles que financiam a União Européia, financiar tanta gente.

Naturalmente, os países que não são basicamente agrícolas são os que mais pagam pela política agrícola comum. À medida que se amplia o número dos que são eventualmente titulares das vantagens da política agrícola comum, o custo de manutenção de subsídios vai ser mais elevado e, portanto, há espaço de manobra para que se perceba

que, efetivamente, nós vamos ter, num período de tempo mais curto do que se imaginava, mudanças nessa área.

Um outro item que também é muito importante é o chamado *antidumping*. Os Estados Unidos – e não são os únicos – nunca aceitaram a discussão do *antidumping*, ou seja, da capacidade decisória do Estado americano sobre saber se um produto que está sendo importado pelos Estados Unidos está causando dano ou não aos produtores locais. Se estiver causando dano, impõe aumento de barreiras ou, às vezes, até multas.

Bem, há alguma regulação dessa prática na Organização Mundial de Comércio, mas queremos uma discussão mais ampla do *antidumping*. É natural que os países se protejam. É natural quando existe, digamos, uma baixa de preços produzida, provocada ou permitida pelos subsídios a um produto de exportação que o país importador não deixe que seus produtores sejam prejudicados. O que não é natural é que isso seja tomado como uma decisão unilateral sem regra, porque aí, de repente, se pode cortar toda uma corrente de produção simplesmente porque diz-se que está prejudicando os nacionais sem que, efetivamente, isso esteja ocorrendo, senão que, simplesmente, se está impedindo que haja a concorrência. Então, essa questão do *antidumping* é fundamental.

Se me refiro a esses temas – patente, *antidumping*, subsídio à agricultura – é porque isso é o que vai ser a negociação daqui para frente. Os interesses estratégicos do Brasil estão muito colados a essas questões porque o mundo, hoje, é globalizado. Estamos inseridos nesse mundo e não podemos nos inserir nele sem defender nossos interesses. Toda a questão da globalização não está na globalização, está em saber se se vai lutar para garantir que a integração do país ao mercado internacional se faça havendo vantagem para o país que se está integrando ou se, simplesmente, ele está internamente se desintegrando por causa da integração internacional.

Temos hoje suficiente força econômica, capacidade diplomática e base de segurança para que possamos sentar às mesas de negociação com a cabeça erguida, que é o que temos feito. O que temos feito é não

recusar nunca sentar à mesa de negociações, mas nunca estar de cabeça baixa na mesa de negociações e discutir de igual para igual, ainda quando sejamos desiguais em muitas questões. Mas, em termos de nações, temos que ser de igual para igual e colocar nossos argumentos com força, com serenidade, com firmeza, com tranqüilidade e com capacidade construtiva, porque não adianta, simplesmente, dizer: “Eu quero” ou “Eu não quero”. Se estamos em um mundo que é crescentemente integrado, quais são as condições dessa integração? “Eu quero se tal e tal coisa”. “Não posso aceitar por causa disso”. Ter uma atitude, ao mesmo tempo, racional, com argumentação.

A nossa diplomacia tem tido essa capacidade, e as nossas forças políticas têm compreendido a necessidade de dar força a essas posições. E as nossas Forças Armadas são a retaguarda para que possamos ter uma posição ativa nessa matéria de comércio. Serão vanguarda na luta contra o terrorismo – se, eventualmente, for necessário –, mas serão sempre uma retaguarda importante para um país que precisa ter uma política internacional mais ativa, mais firme e que seja independente sem que precise dizer, a toda hora, que é independente. Independente significa que está participando, mas tendo em vista os interesses próprios do país e sendo respeitado.

No mundo de hoje, quem não tiver convicção e quem não tiver o respeito, se os outros não respeitarem, não adianta. É preciso que haja o respeito. E o respeito depende de muitos fatores: da tranqüilidade, da institucionalidade democrática, da competência gerencial, da capacidade conceitual, da firmeza de propósitos, enfim, de um conjunto muito grande de fatores. É por isso que temos tido essa posição tão constante na cena internacional nessas áreas.

Mas não nos restringimos à área do comércio. Não nos restringimos à área do meio ambiente. Na área financeira, também. Os jornais de hoje – quem tiver lido o jornal *Valor* de hoje ou a *Folha* – reproduzem artigo de um jornalista chamado Celso Pinto, bastante conhecedor da matéria. Ele resume um debate que está sendo travado de novo, em que os protagonistas são os brasileiros. De novo é a posição do Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, a posição do Ministro

Pedro Malan, portanto, a minha posição, a posição do Governo do Brasil sobre o que fazer no que diz respeito aos fluxos financeiros internacionais, o papel do Fundo Monetário Internacional, o papel do Banco Mundial em todo esse mecanismo.

Existe um embate muito forte, neste momento, que está sendo levado adiante, porque existem posições bastante discrepantes entre os nossos interesses e a visão que se está formando, sobretudo, ao redor do Fundo Monetário Internacional em matéria do que fazer quando há uma crise financeira em um dado país.

Nós já tivemos crises aqui. Somos bastante curtidos em matéria de crise. Já somos quase marinheiros de alto-mar, capitães de alto-mar. O Senhor tem que dar a mim um dia desses, Almirante, a capacitação para enfrentar crises, porque temos enfrentado muitas crises – e sabemos o custo delas. Sabemos que, muitas vezes, essas crises não derivam de qualquer erro na condução da política doméstica. E isso não é só no Brasil, é em todos os países. Sabemos que, muitas vezes, elas derivam de fatores totalmente alheios à nossa capacidade de controle.

Portanto, é muito precipitado dizer: “Ah, erraram. Então, que eles próprios paguem o preço dos seus erros.” E essa é uma das posições que começam a prevalecer hoje. É dizer: “Ah, se estão com problema de pagamento das dívidas é porque erraram. Quem emprestou que pague, os bancos ou, então, o País.” Só que ao dizer que os bancos que emprestaram é que paguem, o que os bancos vão fazer? Não vão emprestar mais, porque têm medo de que possam ser penalizados. E quem vai pagar mesmo são os países, é o povo desses países, é a desorganização da economia, é a taxa de juros que se eleva, são essas questões todas, nas quais somos mais do que curtidos.

Então, essa posição se fundamenta em uma visão econômica que tem por base o seguinte: quem toma um empréstimo é responsável, e quem empresta, também. Se quem tinha que pagar não pagou, problema de quem emprestou. Se não for assim, se houver um socorro, existe o que, na linguagem técnica, chamam de *moral hazard*, porque, então, seria não ter risco. O banco empresta facilmente porque sabe que, se a pessoa não pagar, tem uma terceira instância – no caso dos

países é o Banco Central, e, no caso do mundo, é o Fundo Monetário. Bom, não é bem assim. O Fundo Monetário nunca funcionou, realmente, assim, como o banco central dos bancos centrais.

Qual é a nossa posição? A nossa posição é a de que o Fundo Monetário existe para dar apoio também aos países em dificuldade, desde que estejam fazendo o esforço necessário. Mas não se pode, simplesmente, lavar as mãos e dizer: “Não. Arranjem-se”, porque, ao dizer “arranjem-se”, já se sabe o resultado. O resultado é uma recessão, é uma desorganização, é a dificuldade de sair da crise por muito tempo e, quando saem da crise, os países saem diminuídos.

Isso se está discutindo hoje. Nós conseguimos no Brasil, pela primeira vez, na crise de 99, e graças, em grande parte, ao Presidente Clinton – não foi o único: muitos países europeus nos apoiaram também –, conseguimos, naquele momento, que os Bancos Centrais dos vários países e mais o Fundo Monetário colocassem à nossa disposição 41 bilhões de dólares. Não os usamos. Em 99, nós pagamos tudo, tudo, e, por isso, o Brasil conseguiu, no ano 2000, crescer. E agora, em 2001, de novo, houve um pequeno aporte – coisa de 4, 5 ou 6 bilhões –, que também pagaremos. E por isso não entramos em recessão. Muitas dificuldades, mas, ainda assim, com todas essas dificuldades, os pessimistas dizem que vamos crescer entre 1,7% e 2%. Eu, que sou mais otimista, digo que é entre 2,5% e 3%. De qualquer maneira, é crescimento, quando quase todos os países estão em recessão.

Se não tivéssemos tido esse aporte, estaríamos em recessão, porque param os fluxos de financiamento dos bancos, param, às vezes, os fluxos de financiamento até mesmo do comércio. E aí se entra em um processo recessivo. É o que se está discutindo na Argentina hoje. Quem está sendo um instrumento dessa experimentação é a Argentina, que já fez o que pôde, em termos internos, para ver se repõe sua economia. Fez, eu diria até, um esforço para o qual eu tiro o chapéu. E tiro o chapéu para o povo, que está pagando um preço altíssimo. Mas o governo teve coragem também: reduziu o salário. Aqui no Brasil se reclama que o aumento é pequeno – e é. Imaginem reduzir salário. É o que está acontecendo lá: 13%, 15% de redução de salário,

sem falar em outros sacrifícios. Chega a um ponto em que o país não tem mais o que fazer. Não há mais o que pedir ao país. Aí, nesse ponto, se diz: “Bom, a culpa é sua. Arranje-se.” Como se arranja?

Então, a nossa posição é a de que – dentro de certos limites, naturalmente, com responsabilidade; não é dar dinheiro por dar dinheiro –, é preciso ver se os governos são competentes, se o governo é capaz de tirar o país da crise, se tem força política, se tem apoio necessário para poder levar adiante uma política.

Mas, nessas circunstâncias, os organismos financeiros internacionais têm responsabilidade, sim, e devem ajudar a formulação de estratégias de reformulação de dívida, antecipar recursos, etc.

Este é um embate que está, neste momento, em curso no mundo. E a nossa posição tem força. Nós somos ouvidos nessas matérias. Nós não ficamos, evidentemente – nem é o caso, está nos jornais –, dizendo o que nós estamos fazendo. Mas o Brasil tem condições, hoje, de discutir, de discutir com firmeza sobre essas matérias.

Vim de Lima na semana passada – sei lá, recentemente, viajo tantas vezes que já não sei –, onde assisti a uma admirável conferência do Vice-Presidente do Banco Mundial, Stern, que é professor da London School of Economics. Ele fez uma brilhante exposição. Fui cumprimentá-lo, e ele me cumprimentou exatamente pela posição dos nossos Ministros da Fazenda e do Presidente do Banco Central na defesa dessas teses, algumas das quais estou expondo aqui, que se fazem, evidentemente, em círculos mais fechados, em círculos de discussão de alta responsabilidade, mas que têm uma implicação muito grande no futuro.

Isso faz com que o Brasil, progressivamente, venha assumindo uma liderança natural em certos setores – não é só Terceiro Mundo não é isso, não –, em certos setores de pensamento que, às vezes, contam, mais adiante, os países desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento. Não é só os que estão em desenvolvimento.

Parece-me que é bastante significativo isso que mencionei: quem liderou a discussão, a pedido dos organismos internacionais dos países, na questão do paraíso fiscal foi Armínio Fraga. E quem fez a

abertura do G-20 foi, em conjunto, o Ministro da Fazenda do Brasil, que fez um artigo em conjunto com o Ministro da Fazenda da Alemanha. Fizeram o mesmo artigo e publicaram no mundo todo. Isso mostra que temos, realmente, uma posição internacional forte e que temos de ter confiança nessa nossa capacidade de atuação.

Não quero me estender muito. Já me estendi, talvez, mais do que deveria. Mas queria lhes dizer o seguinte: ao mesmo tempo em que temos essa visão de um país com limitações – que somos os primeiros a saber, reconhecer e até sofrer as conseqüências delas –, somos um país que tem rumo, que tem capacidade de definir e, portanto, temos que defender com muita força os nossos interesses.

Estamos vivendo um momento muito peculiar da história, porque é um momento em que, de alguma forma, o mundo se integrou de tal maneira que começa a se ver, com mais clareza, quais são os déficits que existem em nível global. Um deles é o de democracia. Não é democracia interna, em cada país, em vários setores do mundo, mas entre os países.

É por isso que temos insistido, de novo, na necessidade de reforma das Nações Unidas, do Conselho de Segurança. Sei das dificuldades. Não são questões que se resolvam em um ano, em dois anos. Pode ser em 10, pode ser em 20. Mas um país como o Brasil tem que postular, com mais força, aquilo que lhe é próprio, o que ele tem direito, pela sua história, pelo que já representa, pelo que é.

E o grande problema, o grande dilema que tivemos, depois do fim da Guerra Fria, foi saber se esse novo mundo político ia ser organizado “à la Westphalia”! Ia ser organizado de que maneira? Com um concerto entre os grandes? Ia ser um só? É a maioria? Como se organiza isso?

Essa questão, inicialmente, parecia ser para um mundo multipolar. Depois, deu a impressão de que ia ser, de novo, um mundo unipolar – a predominância dos Estados Unidos é tão grande, por sua força cultural, financeira, econômica, enfim, militar, por tudo isso.

Muito bem, este 11 de setembro colocou uma dúvida nos próprios americanos sobre esse caminho. Temos que discutir essa questão com fraternidade, mas firmeza. Não pode, este mundo que se globalizou,

ser dirigido nem por um só, nem por uns poucos. Nem por um só, nem por um diretório, G-7, G-8, que, aliás, hoje, não consegue nem se reunir, porque falta legitimidade. Qual é a razão pela qual sete ou oito se juntam e ditam a ordem para os outros? Não há regra.

Essa crise de regra, quem sabe o século XXI resolva. Daí a minha insistência no Conselho de Segurança outra vez. Daí a minha insistência nas Nações Unidas. Não é fácil de resolver. As Nações Unidas cresceram muito. E também não se pode imaginar que pelo voto de pequenos países os grandes países se curvem. Há que ter um certo equilíbrio nessa matéria, que ter certos mecanismos de construção responsável de uma ordem mundial que não pode ser, simplesmente, um país, um voto manda em tudo. Sei que não é assim. Mas também não pode ser um país só e, sem voto, mandar em tudo, ou sete ou oito países resolverem o que mandam. Não dá mais.

Nesse quadro, temos o que dizer, temos o que fazer. E também precisamos começar a apelar para aquilo que foi clássico sempre. Quer dizer, se existe essa mundialização, como dizem os franceses, que não gostam de “globalização”, se as forças da sociedade, hoje, transcendem os limites, pelas próprias redes que se organizam, se existe uma consciência planetária – a questão do meio ambiente é clara nessa matéria: o interesse é da humanidade –, se existe uma questão que é a humanidade, não pode haver uma globalização tão assimétrica. Tem que haver um esforço grande. E o Brasil tem um papel nisso, porque não é dos mais pobres. Tem o papel, portanto, de dizer: “Olhem, não dá para continuar assim.”

Tenho falado da África. Mas não é só a África. De certa maneira, em cada um desses grandes países como o nosso existem Áfricas. Isso não pode mais continuar assim. Essa questão é que são as correntes profundas da história.

É preciso ter que continuar, como no século XVIII, com os iluministas, acreditando na razão, ter argumentos. A razão, sozinha, não ganha. É preciso emoção. Mas tem que ter argumentos. Nós temos os argumentos. Esse “nós” não é o Brasil, senão o conjunto de pessoas que estão vendo as transformações que estão ocorrendo no mundo,

têm argumentos para dizer que é preciso mudar mais rápido, que é preciso mudar mais rápido as formas de dominação, as formas de estruturação, no plano econômico, no plano comercial, mas também no plano político.

Não é possível que as Nações Unidas sejam chamadas só para coonestar. Não é possível que o Conselho de Segurança passe a ser quase um cartório, onde se faz referência a uma resolução tomada há cinco, seis anos. E em nome dessa resolução antiga já se fez uma intervenção. Não é necessário.

Agora, os mais fortes, se não tiverem a consciência de que é necessário, não vão permitir mudanças. De modo que essa transformação não pode ser feita, a meu ver, à base do antagonismo, à base de dizer: “Sou contra os poderosos.” Não. É chamar a atenção de que o poder acaba se não houver condições mais amplas. Acaba no tempo, mas acaba, se não houver uma mentalidade mais aberta que permita uma reconstrução de uma ordem que seja, realmente, mais participativa, mais solidária, como disse aqui o Ministro. Tenho oposto à idéia de globalização assimétrica uma globalização solidária.

Portanto, espero ter dado um certo panorama do muito que está sendo feito e do muito por fazer na política externa brasileira.

Mas diria, até com emoção: talvez, há muito tempo, o Brasil não tenha tido tanta voz no mundo. E, talvez, por isso mesmo, há tanto tempo o Brasil não precisasse ter tanto as Forças Armadas preparadas. E vamos precisar mais. Preparadas para quê? Para dar segurança, para que possamos ter segurança, não só segurança no sentido interno, segurança contra o terrorismo, mas segurança àqueles que estão falando pelo Brasil e que falam e têm como falar. Não para ameaçar ninguém, mas para sermos respeitados.

As conjunturas financeiras e fiscais nunca nos permitiram avançar muito depressa nessa direção. Mas nunca perdemos o rumo também.

Termino por agradecer a compreensão das Forças Armadas, que sabem que é preciso mais e, embora incomodadas, se conformam com o não ter o mais, e a compreensão também de saber que há mínimos que não se podem baixar e que é preciso manter, na tecno-

logia, no treinamento, na competência, na excelência certos núcleos que são fundamentais, porque temos, realmente, uma visão de Brasil que não é uma visão de um país que vai abaixar a cabeça, senão a de que é um país que, sem arrogância, vai querer contribuir ativamente para um futuro melhor para o País e para a humanidade.

Muito obrigado.